

II CARTA DO SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2025: CIÊNCIA, LEI E AÇÃO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Considerando a urgência de compreender a realidade das mudanças climáticas e a necessidade de aprimorar a governança para enfrentamento de desastres socioambientais e eventos climáticos extremos, os participantes do *II Seminário Mudanças Climáticas: Ciência, Lei e Ação para um Futuro Sustentável*, realizado na sede do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, assinalaram a importância de:

- **Fortalecer a atuação da assistência social no contexto de desastres socioambientais e mudanças climáticas**, garantindo suporte imediato e contínuo às populações atingidas, especialmente as mais vulneráveis, promovendo a resiliência comunitária e assegurando a recuperação socioeconômica de longo prazo.
- **Elaborar e implementar Planos de Contingência de Assistência Social**, prevendo ações preventivas e protocolos claros para atendimento emergencial, acolhimento e assistência às vítimas de desastres.
- **Promover políticas públicas urbanas voltadas à gestão de risco de desastres**, integrando diretrizes para ocupação segura do solo, infraestrutura resiliente e mecanismos eficazes de prevenção e resposta.
- **Estimular a criação de Planos Regionais de Ajuda Mútua e de Gestão de Riscos de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas**, garantindo respostas coordenadas e otimização de recursos entre municípios vizinhos.
- **Profissionalizar as defesas civis municipais**, fomentando capacitação técnica contínua, adoção de tecnologias atualizadas e fortalecimento da estrutura institucional.
- **Mapear áreas de risco e de preservação permanente**, conforme pareceres técnicos do Centro de Apoio Operacional Técnico do Ministério Público de Santa Catarina, para subsidiar a gestão urbana e a proteção ambiental nos municípios.
- **Incentivar a transição energética justa e sustentável**, promovendo a adoção de fontes de energia limpa e renovável, garantindo que os impactos ambientais e sociais sejam mitigados e distribuídos de maneira equitativa.

- **Ampliar o uso de soluções baseadas na natureza para a gestão municipal,** incorporando infraestrutura verde, restauração de ecossistemas e estratégias ecológicas para reduzir riscos de desastres e fortalecer a resiliência urbana e ambiental.

Com o objetivo de fomentar a sinergia entre os órgãos públicos e a sociedade civil, visando à busca por soluções adequadas para enfrentar os eventos climáticos extremos e os desastres a eles relacionados, as instituições signatárias assumem o compromisso de **fortalecer a integração e a atuação no contexto das mudanças climáticas, promovendo a consensualidade climática como instrumento de efetivação da Justiça Socioambiental.**

Florianópolis, 14 de março de 2025

